

Apoio da Banca é essencial para garantir sobrevivência das empresas e manutenção do emprego



Reis Campos

Os desafios que temos de enfrentar são particularmente exigentes, sobretudo tendo presente o quadro de intervenção externa em que nos encontramos e as medidas que nos serão impostas por força do Memorando de Entendimento acordado com os representantes do Fundo Monetário Internacional, do Banco Central Europeu e da Comissão Europeia. Por isso, mais do que nunca, exige-se o empenhamento de todos os agentes económicos, uma vez que sem o esforço concertado de todos não será possível ultrapassar os obstáculos que temos pela frente.

Falta de obras, défice de planeamento, um Código dos Contratos Públicos desadequado em face das necessidades do mercado, uma concorrência excessiva, que induz práticas reiteradas de preços anormalmente baixos, os critérios abusivos no âmbito de concursos limitados e os crónicos atrasos nos pagamentos por parte do Estado, são alguns dos mais sérios problemas que as empresas da construção e do imobiliário enfrentam, que muito contribuíram para a actual situação de suspensão em que o Sector se encontra e que é muito anterior às medidas que estão a ser equacionadas, tanto no plano interno, como no plano externo.

Neste contexto é incompreensível que continuemos a ser confrontados com crescentes dificuldades no acesso ao crédito e com a exigência excessiva de garantias por parte da Banca. Esta é crucial para o financiamento da actividade económica e, por isso, há que assegurar que cumpra o papel que lhe compete no quadro de uma economia de mercado. Porém, continuamos a constatar que os apoios que lhes são assegurados por parte do Estado, não têm sido transpostos, como deveriam, para a economia, verificando-se o sucessivo agravamento das restrições e dificuldades na concessão de crédito. Por outro lado, os bancos exigem alterações às condições de empréstimos em vigor impondo, injustificadamente, a prestação de garantias muitas vezes abusivas e o pagamento de "spreads" mais elevados.

Não podemos continuar a assistir à capitalização dos bancos e à descapitalização das empresas. Este é um dos aspectos, cuja resolução é imprescindível, tanto mais que é, agora, acompanhado pela generalização de práticas de concorrência pouco saudáveis, na venda dos imóveis detidos pelos bancos em virtude do incumprimento dos contratos de crédito à habitação, verificando-se um aviltamento dos respectivos preços

e a concessão de condições de crédito muito mais vantajosas do que aquelas que são oferecidas ao mercado.

A banca deve cumprir de forma adequada e efectiva a sua função de intermediário financeiro, ou seja de canalizador de recursos para a actividade produtiva, reflectindo na economia real, nas empresas e no emprego, os apoios recebidos do Estado. A falta de crédito e os custos financeiros desproporcionados, comprometem a recuperação económica e podem pôr em causa a continuidade de muitas empresas e dos respectivos postos de trabalho, que, sobretudo agora, há que preservar.

Com efeito, sabendo-se que nos primeiros três meses do ano, o desemprego na construção e no imobiliário aumentou em 36 mil trabalhadores, as preocupações deveriam estar centradas, claramente, na sobrevivência do tecido empresarial e no combate ao desemprego e, em particular, na inversão do actual ciclo depressivo, o que só é possível com uma verdadeira estratégia de recuperação económica, alicerçada no peso económico e social da construção e do imobiliário.

Presidente da Direcção da CPCI - Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário